

Ulysses não quer polêmicas agora

Ele invoca o regimento para votar mandato e regime mais tarde

Se depender do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, a proposta de se votar antecipadamente o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney cairá no vazio. Ele colocou ontem diversos obstáculos à concretização da idéia, entre eles o impedimento regimental.

Ulysses chegou a defender na época da elaboração do regimento interno, que a Constituinte definisse, em primeiro lugar, qual o sistema de governo a ser adotado pelo Brasil, e qual a duração do mandato do presidente José Sarney, por entender que dessas duas matérias, especialmente o regime governamental, dependiam vários outros dispositivos.

Hoje, Ulysses já não pensa mais assim. Embora não se coloque explicitamente contra a idéia, faz questão de levantar vários obstáculos à sua concretização. O mais forte é o regimento: "Temos que segui-lo, e ele estabelece que a votação deve ser em ordem crescente, do primeiro ao último título.

Outro argumento colocado por Ulysses, é o prazo previsto para a conclusão do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte que, acredita, não ultrapassará os próximos sessenta dias: "Nós estamos falando em semanas, e não em meses para a conclusão dos trabalhos — esperamos que em seis semanas a Constituição será votada, de forma que em breve o assunto será decidido no contexto do próprio projeto".

O presidente do PMDB conversou ontem com o seu líder na Constituinte, Mário Covas, favorável à idéia. Covas vai consultar a bancada peemedebista, em reunião marcada para a próxima quarta-feira. Da bancada, é que virá, ou não, a delegação para negociar, com as outras lideranças partidárias, a inversão da pauta de votação.

Covas lembra pressões

Se não ocorrerem fatores externos que influenciem a decisão dos constituintes, Covas acredita que o plenário aprovará o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. A partir da definição desses pontos, acha que os trabalhos de elaboração constitucional passarão a fluir rapidamente, livres das pressões que hoje travam o processo.

Embora venha recebendo reiteradas manifestações a favor da votação antecipada do mandato e do regime de governo, o líder peemedebista na Constituinte não arriscou-se a prever a decisão de sua bancada na quarta-feira. Garantiu, contudo, que só

O senador Mário Covas, ao deixar o gabinete de Ulysses Guimarães, defendeu que as duas matérias — mandato e sistema de governo — sejam votadas antecipadamente, porque, segundo ele, "são dois elementos complicadores dentro da Constituinte, e não há por que não enfrentá-los logo". Covas discorda do argumento de que a antecipação iria prejudicar ainda mais o trabalho de votação do projeto constitucional, pela precipitação da campanha à Presidência da República.

Entre as duas opções para fazer a inversão da pauta, ele praticamente descartou uma nova modificação do regimento interno, por motivos óbvios. Fica com acordo de lideranças, mas esse é muito difícil, se não impossível, porque, desde já, sabe-se da opinião contrária do líder do PFL, deputado José Lourenço.

Também o líder do PDS, Amaral Netto, não se mostrou entusiasmado com a idéia. Ao contrário, num primeiro momento, rebateu a proposta, dizendo que a votação deve acontecer de acordo com o que estabelece o regimento interno da Constituinte. Depois, observou que precisa consultar sua bancada. E isso não ocorrerá antes de oito dias.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, talvez prevendo o fracasso da iniciativa, aponta outro caminho: ele deverá apresentar, semana que vem, à Mesa da Constituinte, um projeto de resolução marcando as eleições presidenciais para o dia 15 de novembro deste ano.

O problema é que, para aprovar a matéria, Brandão Monteiro precisará de 280 votos. E, antes disso, tem que ultrapassar o crivo da Mesa da Constituinte ou, mais especificamente, do deputado Ulysses Guimarães, que pode, simplesmente, engavetar o projeto. Recursos para isso, ele tem. E sabe utilizá-los.

começa as negociações neste sentido com a concordância da maioria dos constituintes do PMDB.

Caso a bancada após sua proposta, o caminho escolhido pelo senador paulista será o de tentar viabilizar um acordo de lideranças em torno da inversão. Ele acha que a segunda alternativa, que seria a alteração do regimento interno, é mais difícil de concretizar.

Além de sua proposta, Covas admitiu que a bancada também pode discutir outros pontos polêmicos da Constituinte, unificando posições. É possível que se defina ainda a realização de referendo global para a nova Carta Magna, uma tese defendida entusiasticamente pelo líder do PMDB.

EUGÊNIO NOVAES



O Grupo dos 32 rejeitou a diferenciação entre o mandato de Sarney e os de seus sucessores

Grupo dos 32 aprova 4 anos com reeleição

O Grupo dos 32 acolheu a proposta do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que prevê quatro anos de mandato para os presidentes da República, com direito a uma reeleição. Incluída no conjunto das propostas do projeto Hércules IV, elaborado pelo grupo, a emenda excluía diferenciação que a Comissão de Sistematização aprovou entre o mandato do presidente José Sarney (fixado em quatro anos) e o de seus sucessores (cinco anos).

Liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), o Grupo dos 32 largou na frente na corrida em busca de assinaturas para apresentação de suas emendas no plenário da Constituinte.

EUGÊNIO NOVAES



A bancada do PT decidiu se apresentar emendas onde puder marcar posição

PT seleciona áreas para emenda

A bancada do Partido dos Trabalhadores também se reuniu ontem, para discussão preliminar e preparatória do próximo período constituinte, que se inicia hoje com a apresentação de emendas ao texto. De acordo com o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), o partido fez uma avaliação dos termos do regimento interno, aprovados na última sessão plenária,

para estudar as emendas que pretende apresentar. "Nosso trabalho ontem foi o de distribuir tarefas aos deputados, que estudam os assuntos das emendas em separado", disse o deputado petista.

Plínio Sampaio esclareceu que o partido só apresentará emendas em assuntos onde se possa conseguir um certo avanço e na-

a média do pensamento dos constituintes. Daí, a identificação de muitos com o texto. Acredita o senador que cada pessoa não tem mais do que um ou dois por cento de divergência em relação ao projeto, o que rendeu ao grupo um bom começo — em pouco menos de meia hora, somente a emenda que instaura o parlamentarismo no País, 45 dias após a promulgação da nova Carta, atingiu 13 assinaturas.

O senador José Richa afirmou que a inversão da pauta, antecipando a votação do sistema de governo e da duração do mandato presidencial, poderá ajudar em muito os trabalhos, politicamente, porque se trata de uma decisão inteligente.

Meta agora é identificar pontos comuns

Na tentativa de apresentar emendas comuns ao projeto constitucional, parlamentares do Grupo dos 32, do Centrão e do Centríon marcaram uma reunião para ontem à noite na residência da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Entre as propostas em discussão para um dos pontos mais polêmicos, a estabilidade, uma poderá ser a última cartada para evitar um impasse: a que estabelece "relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária, nos termos da lei, que assegurará, sem prejuízo de outros direitos, indenização compensatória proporcional ao tempo de serviço e majorada quando a rescisão do contrato de trabalho ocorrer nos dois primeiros anos".

Esse texto alternativo, redigido pelo deputado José Maria Eymael (PDC-SP), foi levado pelo autor do grupo dos 32, ontem à tarde. Não é o preferido do grupo dos 32 — que acha mais adequado "relação de emprego protegida contra demissão arbitrária, nos termos da lei" — mas pode ser aceito.

Com a referência à indenização, abre-se uma porteira — disse o senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos coordenadores do grupo dos 32. Mas no fim poderemos aceitar a proposta, para não vir coisa pior.

Na reunião de ontem à tarde, segundo o senador José Richa (PMDB-PR), o grupo dos 32 discutiu a estratégia para a aprovação de suas teses. Serão apresentadas nove emendas coletivas, correspondentes aos nove títulos do projeto constitucional, e outras nove e cinco emendas individuais a artigos, incisos ou parágrafos do texto.

Teremos duas formas de emendas, para ficar mais fácil negociar.

PLENÁRIO

Sessão começa com apenas 7 constituintes

O plenário da Constituinte, ontem, nem parecia o mesmo que na terça-feira rejeitou os pedidos de destaque do PT e do PDT ao substitutivo que alterou o Regimento Interno. Quando a sessão começou, às 14h30, apenas sete constituintes estavam presentes, enquanto outros 300 se encontravam pela Casa. Três acontecimentos recentes foram enfocados pelos oradores que ocuparam a tribuna durante o pequeno expediente e o horário de lideranças.

O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) criticou a permanência do Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda, lembrando que o novo ministro "tem a marca e o perfil da política econômica da ditadura militar". Para ele, a escolha de Mailson para o cargo comprova "que o presiden-

te Sarney oficializou a identificação de sua política econômica com a dos 20 anos passados".

O senador Mauro Borges (PDC-GO) criticou a interferência do ministro do Exército nas questões da Constituinte. Para ele, Leônidas Pires "não pode ser árbitro da Assembleia". Na mesma sessão, foi lembrada ainda a morte do cartunista Henfil, pelo deputado José Elias Murad (PTB-MG) que advertiu sobre as causas que levam às doenças infecciosas, especialmente a Aids, e alertou sobre o alto índice de contaminação pelas transfusões de sangue no Brasil. "Enquanto nos Estados Unidos esta taxa está em 0,1 por cento", disse ele, "no Brasil ela ultrapassa os 10 por cento".

Fala de Leônidas divide os líderes

A declaração do ministro do Exército, Leônidas Pires, de que os defensores de eleições presidenciais ainda este ano devem, para ser coerentes, aderir à tese das eleições gerais, dividiu a opinião dos constituintes. Alguns, como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, mesmo não concordando com a posição do ministro, consideraram natural a declaração. Outros, como o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, criticaram a atitude de Leônidas Pires como inibidora dos trabalhos da Constituinte.

A vinculação da defesa de eleições presidenciais este ano às eleições gerais foi considerada uma ameaça velada por Haroldo Lima, que argumentou: "Esse condicionamento visa impedir as eleições este ano, porque o Centrão, por exemplo, vai ficar contra os quatro anos, se tiver de votar pelas eleições gerais, uma vez que elas favoreceriam as forças progressistas, se realizadas este ano".

O condicionamento também não é visto com bons olhos pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que é, em princípio, favorável à tese das eleições gerais. Ele admite que boa parte dos deputados e senadores não abriria mão de seus mandatos e, com isso, a proposta de eleições para presidente em 88 seria enfraquecida. De qualquer forma, Brandão Monteiro considera um avanço o ministro do Exército falar sobre eleições gerais e eleições presidenciais imediatas.

Quem não gostou das declarações de Leônidas Pires foi o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que tem públicas relações com a área militar. "Seria lógico se não partisse de um general. Apesar de o ministro do Exército ser meu amigo, devo dizer que não com-

pete a ele este tipo de definição política", frisou Amaral Netto, que, assim como a maioria absoluta do PDS, condena a proposta das eleições gerais.

A posição do PDS, no entanto, não reflete o conjunto do Centrão, dividido sobre a matéria. O deputado D a s o C o i m b r a (PMDB/RJ), um dos coordenadores do grupo, aplaudiu as declarações do ministro do Exército com o argumento de que "se a Constituição for desconsiderada para um (o Presidente da República) tem de ser para todos (governadores e constituintes)". Ele não vê qualquer problema no fato de um ministro militar dar declarações políticas, pois "é um cidadão, que pode dar opiniões".

Mesmo avaliando como natural a postura do ministro do Exército, Mário Covas não vê qualquer relação entre sucessão presidencial em 88 e eleições gerais, porque o presidente Sarney chegou ao poder pelo Colégio Eleitoral, com uma tarefa a cumprir, que, na sua opinião, já foi esgotada.

Em Bertiooga — no litoral paulista, o governador Orestes Quercia discordou ontem, das declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, favoráveis à realização de eleições gerais no País ainda este ano.

— Não foi uma declaração solicitando eleições gerais. Foi um argumento que o ministro usou. Mas eu acho que o mandato que está em questão é o do presidente, não é o dos parlamentares, nem dos governadores — afirmou Quercia.

Para o governador de São Paulo, que foi a Bertiooga inaugurar um terminal turístico e entregar 54 viaturas da polícia aos municípios do litoral, a eleição que se cogita é a do Presidente da República.